

ANC 88
Pasta 80/81
058/1980

PDS rejeitará emenda Quéricia, da Constituinte

BRASÍLIA (Sucursal) — O governo, através do PDS, rejeitará, em agosto, a emenda constitucional do senador Orestes Quéricia (PMDB-SP) determinando a convocação da Assembleia Nacional Constituinte em 1982. O parecer contrário do senador Aloísio Chaves (PA), vice-líder do PDS, será, como ele mesmo o define, "curto e grosso".

Em seu parecer, o senador Aloísio Chaves, que também será o relator da emenda que devolve algumas prerrogativas do Poder Legislativo, enfatizará que o Movimento de 64, que detinha o poder revolucionário vitorioso, não considerou necessária a convocação de uma Constituinte.

Ele admite a necessidade de alterações na Constituição, "muito emendada", mas não é favorável à convocação de uma Constituinte que poderia causar uma "convulsão social".

A comissão mista que estuda a proposta do senador Orestes Quéricia é presidida pelo deputado Tarciso Delgado (PMDB-MG). Apesar dos sucessivos pronunciamentos de opositoristas defendendo a Constituinte, o interesse na comissão é mínimo. Não houve, sequer, apresentação de emendas. A única repercussão parlamentar foi quando o senador Quéricia pediu que fosse anexada a sua proposta à do presidente da República restabelecendo as eleições diretas para governadores de Estado. O presidente do Senado, Luis Viana (PDS-BA), negou o pedido.

Para aprovar essa emenda constitucional, as oposições necessitariam de 211 deputados e 34 senadores. Há possibilidade de que obtenham este total na Câmara. No Senado, porém, a bancada do governo (37), sem defeções, garante a rejeição.

Já o vice-presidente nacional do PMDB, Fernando Coelho, previu ontem a possibilidade de o governo promover a imediata convocação de uma Constituinte, para evitar que, dentro de um processo maior de sedimentação da ideia junto à opinião pública, a assembleia tenha um caráter livre, soberano e popular, como reclama o grupo a que pertence a "Tendência Popular".

Para Fernando Coelho, se fizesse a convocação agora, o governo poderia manter a maioria parlamentar, "usando de toda a máquina administrativa e esvaziando uma constituinte que pudesse alterar profundamente o atual quadro político e o modelo econômico".

O parlamentar pernambucano chegou a essa conclusão levando em conta, entre outros indícios, as viagens do ministro Abi Acker aos Estados. A seu ver, o ministro "está tirando a temperatura para ver se o partido do governo, num pleito que fosse realizado de imediato, teria condições de obter vitória".

Acredita mesmo Fernando Coelho que, "pegando a população desmobilizada", o governo poderia eleger "a grande maioria dos constituintes" e, além disso, numa atitude "diversionista", desviando a atenção do povo dos problemas sócio-econômicos, que vêm se agravando.

Insistindo em analisar a missão do ministro da Justiça, o vice-presidente do PMDB não aceita o argumento de que ele está supervisionando a formação do PDS, preferindo compará-la à chamada "Missão Petrólio Portela", que tinha "exatamente o sentido de sondagem".